

Considerações de ordem enunciativa sobre a formação dos códigos linguageiros

Enunciative considerations on the formation of language codes

Estêvão de Carvalho Freixo¹
Décio Rocha²

Resumo: As pesquisas no campo da linguística que se ocupam de examinar e descrever o funcionamento dos sistemas linguísticos frequentemente se apoiam na suposição de que uma língua corresponde a um sistema que prepara seus usuários para a experiência linguística no espaço comum do universo social. De outro lado, os desenvolvimentos de uma linguística da enunciação têm aberto novos horizontes à compreensão dos sistemas linguísticos, na medida em que colocam o problema da dependência entre a definição essencial de uma língua e a existência de um *corpus* de enunciados estabilizados e reconhecidos como fundadores por uma sociedade. Neste trabalho, procedemos a uma seleção de alguns planos enunciativos, por meio da qual demonstramos algumas possibilidades de contribuição da atividade enunciativa na formação dos códigos linguageiros. Dentre várias categorias disponíveis, separamos para o presente trabalho as classes do *gênero discursivo*, do *modo de enunciação*, da *prática discursiva* e da *cena enunciativa*, tal como aparecem nos desenvolvimentos teóricos de Dominique Maingueneau em seus trabalhos sobre análise do discurso. Reservamos ainda um espaço para discutir a relação entre a historicidade da língua e a mutabilidade do signo, onde articulamos a teoria saussuriana com a associação estabelecida por Maingueneau entre vocabulário e posição enunciativa.

Palavras-chave: Teoria linguística. Linguística da enunciação. Análise do discurso.

Abstract: Researches in the field of linguistics that examines and describes the functioning of linguistic systems often relied on the assumption that a language corresponds to a system that prepares its users for the linguistic experience in the common space of the social universe. On the other hand, the developments of a language of enunciation have opened new horizons to the understanding of linguistic systems, as they pose the problem of dependency between the essential definition of a language and the existence of a *corpus* of stabilized utterances recognized as founders by a society. In this work, we selected some enunciative plans, through which we demonstrate some possibilities of contribution of the enunciative activity in the formation of the language codes. Among the various categories available, we have separated for the present work the classes of *discursive genre*, *mode of enunciation*, *discursive practice* and *enunciative scene*, as they appear in Dominique Maingueneau's theoretical developments in his discourse analysis work. We also reserved some space to discuss the relationship between the historicity of language and the mutability of the sign, where we articulate the Saussurean theory with the association established by Maingueneau between vocabulary and enunciative position.

Keywords: Linguistic theory. Enunciation linguistics. Discourse analysis.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: estevaofreixo@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: rochadm@uol.com.br

Introdução

O campo dos estudos de uma linguística do sistema tem tomado por consensual que o funcionamento de uma língua pode ser estudado a partir da ordenação flexível que acompanha o conjunto de seu sistema ao longo de seu desenvolvimento histórico.

Parece mesmo um caminho espontâneo o trabalho de se dirigir a atenção à sistematização que é intrínseca ao sistema linguístico, e que, compondo o arranjo de seus elementos internos, viabiliza seu uso, ao passo que disponibiliza diferentes caminhos e possibilidades de troca, de relação, promovendo e abrindo possibilidade a distintas maneiras de dizer.

Essa visão supõe, talvez não sem razão, que toda a estrutura e o funcionamento da língua, em uma palavra, preparam seus usuários para uma experiência linguística completa no espaço comum do universo social.

Diríamos, a título de hipótese argumentativa, que esta é a abordagem que as pesquisas tradicionais no campo da linguística têm reservado para esse tipo de problema.

Assim, as várias especializações da análise gramatical e toda sua coleção de ferramentas — fonologia, morfologia, sintaxe etc. — têm, frequentemente, comandado o estudo das regularidades, dos efeitos ou das causas que constituem os sistemas utilizados pelos seres humanos para construir e manter suas relações de comunicação.

De outro lado, os desenvolvimentos de uma linguística da enunciação têm aberto novos horizontes à compreensão dos sistemas linguísticos, na medida em que colocam o problema da “dependência entre a definição essencial de uma língua [...] e a existência de um *corpus* de enunciados estabilizados, valorizados [...] e reconhecidos como fundadores por uma sociedade” (MAINGUENEAU, 2001, p. 102).

Desse ponto de vista, cada ato de enunciação vem fortalecer a língua em sua função — o que se distingue da hipótese segundo a qual a língua se constituiria como um canal anterior às mensagens que nele são introduzidas (MAINGUENEAU, 2001).

Não se trata, pois, de considerá-la como um *a priori* estável, de tomá-la como uma base neutra sobre a qual seriam produzidos os atos de comunicação mediante o investimento linguístico dos falantes, mas de tê-la como efeito ou configuração última da produção enunciativa de um dado grupo de interlocutores. Deste conjunto de considerações resulta finalmente a “impossibilidade de definir em bases puramente linguísticas a identidade de uma língua natural” (MAINGUENEAU, 2001, p. 102).

Nesta nova forma de se conceber a língua, deve-se renunciar à inquirição de um ponto originário, recuado no tempo, em que seria possível fixar um marco a partir do qual a língua se

constituiria gradualmente até formar-se no grande edifício onde toda sua estrutura teria se sedimentado em alguma atualidade posterior.

Supõe-se, de outro modo, a existência de um espaço onde se daria a interação das línguas ou das variedades de língua acessíveis em um tempo e um lugar determinados. Nesse espaço limítrofe, que é a própria interlíngua ou a região onde seu funcionamento se atualiza, as formas de gerenciamento das trocas linguísticas é que definiriam o estado final, bem como as modificações sucessivas, do código languageiro.

Com apoio nas premissas até aqui sustentadas, procederemos neste artigo a uma seleção de distintos planos enunciativos, por meio da qual demonstraremos algumas das possibilidades de contribuição dessas dimensões na formação dos códigos languageiros.

Dentre as várias categorias disponíveis para um estudo enunciativo sobre a formação dos sistemas linguísticos, separamos para o presente trabalho as classes do *gênero discursivo*, do *modo de enunciação*, da *prática discursiva* e da *cena enunciativa*, tal como aparecem nos desenvolvimentos teóricos de Dominique Maingueneau em seus trabalhos sobre análise do discurso.

Reservamos ainda um espaço para discutir a relação entre a historicidade da língua e a mutabilidade do signo, onde articulamos a teoria saussuriana com a associação estabelecida por Maingueneau entre vocabulário e posição enunciativa.

Da noção de código languageiro como dispositivo de uma semântica global

A formulação do conceito de código languageiro por Maingueneau em *O contexto da obra literária* (obra cuja publicação original na França data de 1993) destina-se a uma relativização da noção de língua, quebrando-lhe a estabilidade ao se caracterizar como parte integrante do posicionamento de uma obra (MAINGUENEAU, 2001). Eis, deste modo, a estreita relação que o conceito mantém com a ideia de uma semântica global (MAINGUENEAU, 2008), relação que buscaremos brevemente caracterizar a seguir.

O código languageiro pode ser caracterizado como um dispositivo da semântica global tardiamente formalizado pelo autor. Com efeito, se a semântica global é inicialmente apresentada em *Sémantique de la polémique* (obra de Maingueneau de 1983, não traduzida para o português), sendo mais tarde parcialmente retomada em *Gênese dos discursos*³, seu perfil era composto por diferentes “planos”, termo utilizado pelo autor, que compreendiam a

³ Obra originalmente publicada sob o título *Genèses du discours*, em 1984, cuja primeira tradução para o português só ocorreu em 2005, pela editora Criar.

intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto dos coenunciadores, a dêixis espaçotemporal, o modo de enunciação e o modo de coesão.

Nunca foi projeto do autor estabelecer uma lista exaustiva desses planos. Da referida lista apresentada na obra de 1984, não é apenas o código languageiro que se encontra ausente. O *etos*⁴, por exemplo, conceito cujas origens parecem remontar às reflexões do autor acerca do tom de uma enunciação, tampouco lá se encontra.

A proposta de uma semântica global em cujo bojo situamos a noção de código languageiro visa a repensar a velha noção de conteúdo que ainda assombra com frequência indesejável os estudos de linguagem. O investimento em uma perspectiva discursiva pressupõe necessariamente que não se permaneça “colado” ao dito, ou melhor, o dito não se realiza apenas por meio de “conteúdos” expressos pelo significado das palavras, se considerarmos a força da dimensão enunciativa dos enunciados. Logo, o que é dito se atualiza em muitos e diversificados planos, o que significa que o dito “se diz” por caminhos variados: não apenas pelas palavras que se escolhem para a produção de um texto, mas também pela organização sintática dos enunciados, pelo tom que se apreende em sua enunciação, pelos gêneros que se mobilizam para a sua veiculação e, como seria já previsível, pelo código languageiro que nele ganha corpo.

Eis, assim, um breve esboço do que se pode compreender por semântica global, acentuando-se o lugar que nela vem ocupar a noção de código languageiro. Trata-se de uma proposta que tem por mérito desfazer os argumentos que sustentam uma perspectiva representacional da linguagem e reiterar a adequação de uma abordagem na qual a linguagem assumia seu papel de coconstrutora do real, interferindo abertamente na produção de um estado de coisas. Quando se enuncia um texto, atualiza-se um modo de dizer, um tom que caracteriza a qualidade do encontro feito pelos interlocutores, um determinado perfil de interlocução definido pela escolha de um gênero discursivo etc., e tudo isso é efetivamente produtor de realidade.

Referindo-nos mais detalhadamente à noção de código languageiro tal como a postula Maingueneau, entendemos que não é exatamente com uma língua em sua imobilidade que nos confrontamos ao produzir enunciados, e sim, com uma interlíngua, definida como “as relações, numa determinada conjuntura, entre as variedades da mesma língua, mas também entre essa língua e as outras, passadas ou contemporâneas” (MAINGUENEAU, 2001, p. 104). Trata-se

⁴ O largo uso que se vem fazendo do conceito de *etos* justifica que lhe seja concedida “cidadania” em língua portuguesa, evitando-se a forma estrangeira *ethos*. Duas razões centrais sustentam nossa opção: (i) a grande quantidade de compostos com base em “*etos*” (etologia, etografia, etocracia, etogenia etc.); (ii) a presença do vocábulo já registrado no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

de relações que colocam em cena uma diversidade de fenômenos: por um lado, os casos de plurilinguismo, que, para fins didáticos, podem ser agrupados em dois polos (um plurilinguismo dito interno — ou pluriglossia — e um plurilinguismo externo); por outro, as manifestações relativas à ideia de perilinguas (hipolíngua e hiperlíngua)⁵.

O plurilinguismo interno diz respeito a uma variação das línguas que, segundo Maingueneau (2001, p. 108), “pode ser de ordem geográfica (dialetos, regionalismos...), ligada a uma estratificação social (popular, aristocrática ...), a situações de comunicação (médica, jurídica ...), a níveis de fala (familiar, oratório ...)”. Cumpre explicitar que tal diversidade não é acidental, caracterizando-se como constitutiva da própria autoridade que reivindicam para si os discursos: dialetos de maior ou de menor prestígio; enunciados que, pelas escolhas do código linguageiro, conferem uma posição mais ou menos alta aos interlocutores; textos que se produzem com maior ou menor grau de inteligibilidade pelo leigo; escolhas que conduzem a relações mais ou menos simétricas entre os participantes.

A seu turno, o plurilinguismo externo evidencia o que há de arbitrário no traçado de uma linha limítrofe entre as línguas. Para Maingueneau (2001, p. 104), “são as obras que decidem por onde passa a fronteira entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ de ‘sua’ língua”. Nossa compreensão do papel determinante de tais obras na delimitação de fronteiras entre línguas requer uma aproximação ao conceito de comunidades linguísticas. Com efeito, a negociação que se realiza entre diferentes línguas parece ser determinante de um certo etos que vem caracterizar uma dada comunidade discursiva, quando, por exemplo, consideramos o lugar da palavra “estrangeira” em nosso cotidiano na nomeação de condomínios (*Diamond Noblesse*, *Lotus Residencial*) lojas comerciais (*Tutti Fashion*, *Elle et Lui*) e automóveis (*Chronos*, *Quantum*).

O perilinguismo é uma outra ordem de fenômeno ligado ao espaço de variações que uma língua — ou aquilo que se considerou, não sem algum grau de arbitrariedade, como sendo uma “língua” — pode ocupar. Em meio a uma gradação de formas que não se prestaria a um trabalho de discretização, podemos falar em polos como os da hipolíngua, na qual se explora toda a ambivalência de um corpo que enuncia em meio a suas emoções, e da hiperlíngua, na qual se investe, ao contrário, numa dimensão matematizável da expressão, explicitando-se níveis de racionalidade que buscam alcançar uma expressão objetiva da realidade.

São diversos os exemplos fornecidos por Maingueneau de tais categorias de pluriglossia (no sentido que aqui definimos na nota de rodapé 4): o plurilinguismo interno (mescla de

⁵ A nosso ver, o termo “pluriglossia” mais adequadamente faria referência ao conjunto de todas essas manifestações da interlíngua, a saber, tanto os casos de plurilinguismo quanto os de perilinguismo.

francês rural e literário) de Jean Giono, as manifestações de plurilinguismo externo em Samuel Beckett ou de Thomas Man; o espetáculo da emoção exibida no texto teatral de Diderot, num desejo de alcançar uma expressão em hipolíngua; a hiperlíngua que se manifesta nos esquemas que regem a composição dos romances de Michel Butor (MAINGUENEAU, 2001, p. 104-117). Acrescentaríamos, de nossa parte, a presença de um plurilinguismo externo em textos como a Canção do Approach, de Zeca Baleiro (2003) e também a aliança que se verifica entre o mesmo plurilinguismo externo e o ideal de uma hipolíngua no conto “Atrás da catedral de Ruão”, de Mário de Andrade (1927).

Se neste artigo decidimos nos voltar para o código languageiro, isto se deve, em primeiro lugar, ao fato de ter sido esse um plano da semântica global muito pouco explorado por Maingueneau em suas análises; e também em função da grande produtividade do conceito, como saltam aos olhos as relações de intertextualidade mantidas com outros conceitos afins: a interlíngua, conforme pensada por L. Selinker em 1972, sempre presente nas reflexões de linguística aplicada ao ensino/aprendizagem de língua estrangeira; o colinguismo, de Renée Balibar (1993), que explora a dimensão histórica das línguas não apenas pela ótica linguística, mas também com base naquilo que advém de seu exercício em cada instituição social; a noção de hiperlíngua, que, segundo formulação de S. Auroux, de 1997, remete à ideia de que uma interação verbal não se encontra exclusivamente na dependência de uma mesma gramática, mas de se pertencer a uma mesma hiperlíngua, isto é, a um mesmo espaço cultural e realidade não linguística; a heteroglossia de M. Bakhtin, que implica a coexistência e conflito entre diferentes discursos, incluindo-se discursos dos personagens, do narrador e também do autor. Conceitos cuja interseção — e intercessão — com a noção de código languageiro exige ser explorada.

Da relação necessária entre o código languageiro e a cena enunciativa

Os avanços da pragmática, nos explica Maingueneau (1997), conduziram a análise do discurso praticada na França a modificações que fizeram com que os *córpus*⁶ por ela estudados passassem a ser apreendidos de modo a se considerar sua inseparabilidade em relação aos atos de enunciação que lhes servem como fundamento.

Com a idealização da teoria dos atos de fala, a linguagem passa a ser compreendida como ação institucionalizada, pelo que se torna possível admitir que as enunciações acionam

⁶ Dada a frequência de uso do termo na área dos estudos da linguagem, penso ser adequado contribuir para que “*córpus*” integre os dicionários de língua portuguesa, apresentando uma única forma no singular e no plural, a exemplo de “*lápiz*”. Uma rápida busca da grafia “*córpus*” no Google acadêmico já nos indica ser essa uma iniciativa apoiada por muitos.

trocas verbais em que as relações entre os sujeitos falantes são reguladas por um funcionamento institucional.

A referência a uma dimensão “jurídica” da língua leva a pragmática a assumir, além disso, que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais acordam entre si sobre as representações de linguagem utilizadas, a partir do que se poderia falar de algo como um contrato entre os usuários da língua. Mediante tal acordo, a validade e a circulação do sistema linguístico seriam entre eles garantidas.

Por outro lado, a noção de prática discursiva, tal como Maingueneau a concebe, supõe que a existência de práticas regradas entre os falantes de uma língua deve simultaneamente reconhecer a presença de uma comunidade de interlocutores da qual sua existência e funcionamento dependem — ao passo em que esse grupo, inversamente, tem sua própria atividade comandada pelas práticas dos falantes.

Assim, a comunidade e o conjunto de enunciados por ela produzidos devem ser compreendidos, em razão de sua determinação recíproca, como instâncias que emergem simultaneamente no interior de uma delimitação espaço-temporal; pelo que não se pode dizer, neste caso, do privilégio de uma esfera sobre a outra. A relação de superposição em que se encontram acarreta um necessário enredamento entre prática social e exercício da linguagem.

Evidentemente que, engajado em atividade comunicativa constante e regular, tal conjunto de interlocutores não deve ser compreendido como um agrupamento fortuito, já que uma união meramente contingencial seria insuficientemente estável para a promover um compromisso social estreito entre seus membros. Tal comunidade deve antes ser admitida como um grupo sociologicamente caracterizável, cujas práticas definem a um só tempo seu funcionamento social e linguístico.

E sobre a dupla dimensão que aí se produz, Maingueneau (1997) acrescenta que esse cruzamento entre a esfera social e a atividade de linguagem implica, além disso, um encontro entre o texto produzido e a exterioridade das condições mediante as quais ele se constitui, de modo que o extraverbal torna-se um constituinte necessário à estruturação semântica do enunciado (BAKHTIN, 1981 *apud* MAINGUENEAU, 1997).

A existência desta unidade biforme entre produção enunciativa e funcionamento social faz finalmente surgir um complexo, que o autor, fazendo uso do metáfora teatral, escolhe chamar de *cena enunciativa*: um espaço onde se encontrariam organizadas as coordenadas de tempo e de espaço, bem como os papéis que o locutor atribui a si mesmo e a seus destinatários através do próprio ato de enunciação.

Na moldura desta cena, ou desta “cenografia”, as enunciações integrariam, além das determinações semânticas, os próprios componentes sintáticos que “contribuem para forjar a ‘imagem distinguida’ que os parceiros remetem um ao outro no ato de comunicação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 31).

Esta imbricação entre o arranjo da comunidade que serve de suporte ao funcionamento de uma língua e o modo como esta mesma língua regula seu conjunto de práticas é convenientemente demonstrada pelas saudações utilizadas pelos membros da etnia Tenetehara Guajajara, povo indígena que habita o Estado do Maranhão, no Brasil.

Os cumprimentos matinal e vespertino são expressos pelos integrantes dessa comunidade mediante a justaposição do prefixo pessoal *zane* (equivalente à 1ª pessoa do plural na língua portuguesa) e os vocábulos *ku'em* (manhã, amanhecer) ou *karuk* (tarde, entardecer).

Desse modo, as composições *zaneku'em* (bom dia) e *zanekaruk* (boa tarde) supõem como destinatário da saudação um grupo de indivíduos no qual o próprio locutor da enunciação se vê inserido; o que, outrossim, configura uma cena onde o locutor cumprimenta necessariamente o coletivo ao qual pertence e não esse ou aquele interlocutor em particular.

Os antropólogos Carl e Carole Harrison (HARRISON; HARRISON, 2013), em seu *Dicionário Guajajara-Português*, sugerem a forma “amanhecemos” como tradução literal da expressão *zaneku'em*. José Guajajara, professor e líder indígena da Aldeia Maracanã, no Rio de Janeiro, prefere representá-las na língua portuguesa, traduzindo-as por “Bom dia para todos nós” ou “Boa tarde para todos nós” (informação verbal)⁷.

Desse modo, enunciar na língua ze'egté, idioma do povo tenetehara, corresponde a funcionar no interior de seu conjunto de práticas, ou, quando menos, perceber-se neste funcionamento por efeito do que seus enunciados pressupõem, o que significa dizer que a conformação da língua dos tenetehara leva o falante a tornar-se involuntariamente partícipe das cenas enunciativas que a própria estrutura do código linguístico instaura.

Modos de enunciação. Voz e corporalidade

Além da relação de determinação recíproca entre a comunidade e o sistema linguístico que dela não se separa, talvez possa se dizer da existência, em cada sociedade, de um “corpo” (ou vários) que se presentifica por meio dos atos enunciativos que constituem o conjunto de textos da língua em questão.

⁷ Fala do Prof. José Guajajara durante aula de Tupi, Aldeia Maracanã, 2015.

Mainqueneau (2008, p. 91) justifica esse entendimento ao afirmar que “Através de seus enunciados, o discurso produz um espaço onde se desdobra uma voz que lhe é própria”. Para o autor, parte da legitimidade que se atribui a um enunciado é obtida mediante a percepção de uma voz fictícia, que serve ao enunciatário como garantia da presença do corpo que enuncia.

Além disso, se o texto produzido integra, além de seu conteúdo, um certo modo de enunciação que projeta ao enunciatário um corpo que fala, a imagem do enunciador é então construída na enunciação pela utilização de um certo “tom”, que se desdobra simultaneamente em um *caráter* e uma *corporalidade* indissociáveis. Essa corporalidade, evocada por meio das particularidades da voz que a semântica do discurso impõe, definiria uma maneira de habitar o corpo daquele que enuncia e, indiretamente, o dos seus enunciatários (MAINGUENEAU, 2008).

Dessa maneira, o *modo de enunciação*, compreendido como um dos planos enunciativos que participam do funcionamento discursivo, contribuiria, tanto quanto o conteúdo do discurso, à sua produção de sentido.

O psicólogo Wilhem Wundt, no princípio do século XX, havia indicado que a erradicação de uma língua “primitiva”⁸, face à invasão do estrangeiro civilizado e à imposição aos nativos de um funcionamento linguístico estranho a sua cultura, não exclui a possibilidade de que as práticas linguísticas autóctones exerçam simultaneamente alguma influência sobre o idioma forasteiro.

Nesse aspecto, o autor destaca o fenômeno pelo qual a interação linguística entre os povos leva a comunidade dos colonos a determinar o principal grupo de palavras e a forma gramatical da língua, enquanto os nativos passam a exercer influência decisiva na pronúncia (WUNDT, 2013).

A respeito desse processo, por meio do qual a população nativa imprime sua tonalidade e seu ritmo linguísticos à língua estrangeira que a ela vem se sobrepor, talvez pudéssemos apontar, como caso particularmente exemplar deste tipo de afetação, o chamado inglês indiano, em que se reconhece vivamente e de forma destacada o corpo e a modalidade de vida que animam os enunciados produzidos nesse código linguageiro — cuja entoação é tão diferente do inglês pronunciado na América do Norte, de fala intensamente marcada por um conjunto de práticas francamente distantes daquelas do sul da Ásia.

⁸ A distinção que aqui se faz entre o primitivo e o civilizado, expressões que ao longo do século XX foram suficientemente relativizadas pelas Ciências Sociais, é empregada unicamente para retomar o modo como Wundt a utiliza em seu tempo, referindo o “primitivo” às instituições e hábitos que constituíram as primeiras formas da organização social humana, e o civilizado, às posteriores.

Hipótese semelhante estende-se ao português do Brasil, que com grande probabilidade assimilou a entonação melódica e o tempo de fala das comunidades indígenas locais. Ou mesmo das línguas africanas, que em grande variedade conviveram com o Português, dando ocasião a distintos processos de convergência, coineização e criouliização durante o período colonial (CARBONI *et al.*, 2017).

Ainda que o resultado dessa profusa atividade plurilíngue tenha sucumbido à gestão empedernida do trabalho escravo — abertamente descuidada com os vínculos formados entre os cativos —, é possível que a língua oficial tenha sido marcada pela presença dos corpos que as articulavam.

O que se deve aqui reter é que um mesmo enunciado em corpos diferentes produz resultados dessemelhantes, visto que a subjetividade enunciativa — o que em nosso caso equivale a dizer o modo de enunciação — integra o conjunto das dimensões que fundam o sentido efetuado em cada enunciado produzido.

Sendo assim, a estrutura e as possibilidades de uso de um código linguageiro são também determinados pela corporalidade própria da comunidade que o utiliza.

Gênero discursivo. Os Ritos de fala e as prescrições da língua

Além do que refletimos até aqui a respeito do cruzamento entre atividade enunciativa e código linguístico, devemos acrescentar ainda que os enunciados que sustentam as trocas comunicativas numa dada comunidade não se apresentam como simples fragmentos da língua (MAINGUENEAU, 1997). Na realidade, cada ato de enunciação é produzido na exterioridade das práticas como amostra de um gênero de discurso que, junto de vários outros, organiza e atualiza os sistemas de coerções que regulam o funcionamento da comunidade.

Como corolário deste raciocínio, Maingueneau (2004) sustenta a possibilidade de se definir uma sociedade pelos gêneros de discurso que ela torna possível e que a tornam possível.

Nessa perspectiva, o que um professor diz diante de uma turma, o ritual de confissão no interior das igrejas, as entrevistas de emprego ou os atendimentos durante uma consulta médica são exemplos de produções discursivas que aparecem modeladas segundo as regras que constroem o funcionamento de cada uma dessas práticas.

Por outro lado, o autor faz também uma distinção entre duas formas de se agrupar a atividade enunciativa que é realizada numa dada sociedade. Uma delas, mais resistente ao tempo e de alcance mais amplo, corresponderia ao *tipo discursivo*, definido como a classificação do discurso segundo a finalidade social a que atende ou o setor de atividade em que se apresenta — sua orientação comunicacional geral. A outra, com menor permanência no

conjunto das práticas que ordenam a vida social, surgiria apenas por ocasião de certas condições que serviriam de motivo a seu aparecimento histórico. A este último conjunto, pertenceriam os *gêneros discursivos*.

Na primeira categoria poderiam ser incluídos tipos como discurso didático, discurso poético, discurso político etc. Entre os gêneros, por outro lado, encontraríamos a coluna de jornal, a ata de condomínio, os manuais de instrução e vários outros.

Para viabilizar-se, os gêneros dependeriam ainda de certas circunstâncias particulares de realização nas quais fundariam sua existência. Careceriam, assim, de um modo próprio de circulação, um registro específico de linguagem (oral, escrito...), além de um estatuto que o enunciador atribui a si próprio enquanto confere outro a seu enunciatário, para situar o lugar dos interlocutores no curso da interação comunicativa (MAINGUENEAU, 1997).

Desse modo, ao se submeter todo um conjunto de textos relativos a uma prática específica e historicamente situada a certo grupo de coerções comuns, um dado gênero de discurso ganharia lugar e, junto de outros, contribuiria com a ordenação da produção enunciativa que é própria de uma dada comunidade.

Nesse sentido, se há, por exemplo, uma composição formal da língua e um conjunto de prescrições que permitem reconhecer o emprego apropriado de suas regras no interior de certos rituais de compostura e polidez, de formalidade e cerimônia, talvez isso se deva ao fato de que a estruturação do sistema linguístico é também imposta pelo sistema de coerções que caracterizam os gêneros discursivos utilizados em tais ocasiões.

Desta forma, as inversões na ordem oracional, o uso adequado dos pronomes, a escolha lexical, a conjugação dos verbos e mesmo a ortografia são todos fenômenos cujo uso regular é definido segundo a situação comunicativa, o registro linguístico utilizado, e o fim específico a que os enunciados se destinam.

Sob esse aspecto, não seria possível dizer que as normas prescritoras do uso adequado da língua antecedem as práticas de cuja existência a língua depende para estabelecer seus critérios de utilização. É, ao contrário, na sua existência geograficamente circunscrita e no interior de quadros de uso bem definidos e historicamente localizados que a língua se ajusta conforme o rito e se estabelece provisoriamente por meio da instituição de certos princípios reguladores.

Da inscrição histórica do código linguístico. A alteração do signo

Ainda que, neste trabalho, situemos nossa compreensão dos códigos languageiros no plano enunciativo, não podemos deixar de lado um certo nível da língua que, referindo-se a um

dos elementos mais essenciais à sua estruturação — o signo —, deve, com boa razão, estar presente na discussão sobre o modo como seu sistema se organiza.

Segundo Saussure (2012), o signo sofre com a ação do tempo de modo a submeter-se a um duplo processo, que é paradoxal em sua aparência. Se, por um lado, sua reprodução contínua lhe garante estabilidade suficiente para preservar o seu valor de uso, por outro, as vicissitudes às quais se submete no passar do tempo fazem com que se modifique por efeito dos movimentos que a história lhe impõe.

O linguista francês sugere como solução a essa contradição a solidariedade entre ambos os processos: “O signo está em condições de alterar-se porque se continua” (SAUSSURE, 2012, p. 115).

Um outro tema que a este se associa é o da discussão sobre o princípio da arbitrariedade, que indica a existência de uma relação imotivada entre as duas faces do signo linguístico (significante e significado), já que o problema da sua mutabilidade nos impõe refletir sobre o modo como são unidos ou deslocados os dois termos que fazem dele uma unidade linguística.

Nesse aspecto, a premissa da arbitrariedade do signo linguístico poderia nos fazer crer que a língua é um sistema livremente definido, organizado segundo critérios que não estabelecem uma relação necessária entre significante e significado. Todavia, a historicidade dos sistemas linguísticos põe em jogo a possibilidade de um caráter impositivo da língua em relação à comunidade que a utiliza — isto se consideramos os fenômenos históricos como ocorrências que se desdobram no plano das coerções institucionais, e não como simples efeitos da vontade dos seus agentes causadores.

Se esse é o caso, nem o indivíduo e nem a coletividade teriam a faculdade de produzir alterações, por livre e declarada vontade, nas formas que a língua apresenta e disponibiliza ao uso. E as modificações que nela ocorrem seriam ao mesmo tempo acompanhadas de um efeito de continuidade que garantiria ao sistema linguístico uma estabilidade relativa e modelada segundo o enlace entre força social e fato histórico.

Uma outra razão para que a normatividade linguística numa coletividade seja instituída por meio de uma força à qual o grupo se submete e não por meio de sua livre escolha é o fato de que a massa falante que se apropria da língua não é a mesma que a fundou em primeiro lugar; na realidade, por tê-la recebido por herança, pode apenas modificá-la por meio do uso difuso que dela faz, não sendo possível transformá-la por deliberação própria.

Nesse sentido, Saussure conclui que a presença de uma massa falante não é o suficiente para fazer da língua um fenômeno vivo e atuante. Seria necessário ainda integrá-la ao movimento da história para tê-la funcionando.

Assim, uma massa originária, que seria fundadora e titular do sistema da língua, estaria fora de questão, já que os códigos languageiros, por princípio, dependem do movimento que a história realiza para se constituírem enquanto fatos sociais.

Por todas essas razões, o autor admite que o signo escapa à nossa vontade, devendo considerar-se o sistema da língua como resultado da ação do tempo combinada com a da força social.

Discurso e vocabulário

Ora, se desenvolvemos um raciocínio sobre o modo como a historicidade dos signos afasta a hipótese de sua livre determinação, devemos agora nos perguntar sobre o modo pelo qual as conclusões a esse respeito apresentadas podem ser articuladas à nossa tese inicial, que supõe a contribuição da atividade enunciativa na formação dos códigos languageiros.

Para esse propósito, retomaremos a discussão que Maingueneau levanta a respeito da relação entre discurso e vocabulário. Neste momento, o autor estabelece que “as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento” (MAINGUENEAU, 2008, p. 81), querendo com isto dizer que os enunciadores são levados a utilizar os termos que marcam sua posição num dado campo discursivo. Assim o fazendo, o autor atribui, sem dizê-lo de forma explícita, um caráter fragmentário ao corpo social.

De outra parte, a divisão de um corpo social em diferentes correntes que se relacionam de modo conflituoso, conciliatório, distante, transversal etc., supõe a ação transformadora dos fenômenos históricos, já que a existência de grupos particulares numa comunidade maior pressupõe a realização de movimentos de ruptura que tenham ocasionado a divisão da coletividade ao longo do tempo.

Assim, faz-se legítima a consideração de que as alterações do signo possam, em boa medida, ser explicadas pela irrupção de acontecimentos que, na história, tenham contribuído com a fragmentação da comunidade global em grupos vinculados a posições enunciativas particulares.

Por fim, tais afastamentos, dissensões, cortes de sentido que suspendem a regularidade dos funcionamentos discursivos poderiam ser compreendidos como as condições pelas quais se dariam os efeitos de deslocamento nas relações entre significante e significado, pelo que se levaria a termo o processo de mutabilidade do signo.

Considerações finais

Buscamos demonstrar, neste breve artigo, que a constituição da língua pode ser pensada com recurso à atividade enunciativa da qual ela depende, possibilidade que se mostra como trabalho alternativo ou suplementar ao exercício tradicional de descrição do sistema linguístico, aquele que se realiza por meio da caracterização gramatical dos seus diferentes níveis estruturais.

Nesta última seção, nos cabe elucidar algumas questões que conscientemente deixamos de submeter a exame ao longo das partes precedentes, visto que não queríamos adensar prematuramente a reflexão, e, por isso, preferimos discuti-las neste seccionamento final, onde elas podem finalmente aparecer desembaraçadas de todo o trabalho demonstrativo que a pesquisa até aqui nos exigiu.

A primeira delas diz respeito ao modo como deixamos os conceitos de língua e discurso se entrelaçarem de maneira um tanto distendida no correr dos argumentos e na extensão do texto de uma forma geral.

Já em Bakhtin, e, posteriormente, na vertente francesa da análise do discurso, sabemos que a língua é situada num plano distinto em relação àquele em que o funcionamento discursivo se apresenta. Mesmo nessas condições, o estabelecimento de um relacionamento entre ambas as dimensões não está impedido, desde que se respeite, durante eventuais exercícios de análise, os limites da realidade de cada uma delas.

O que aqui nos coloca em uma posição especial onde podemos transitar com alguma liberdade entre os dois níveis de análise é o enlace que a nossa premissa inicial supõe entre a definição de uma língua e a existência de um *córpus* de enunciados estabilizados e reconhecidos como fundadores por uma sociedade.

Daí, extrai-se a conclusão singular de que a identidade de uma língua não pode ser definida em bases puramente linguísticas. Esta foi a forma como Dominique Maingueneau desenhou os primeiros contornos de sua compreensão acerca do código *linguageiro*.

Neste trabalho, tomamos esta reflexão como apoio para pensar a própria origem e constituição da língua a partir da produção enunciativa que a torna possível.

Assim, todas as vezes em que aqui nos referimos ao discurso ou à produção discursiva, estamos apontando para a língua no seu funcionamento real, e, nesse sentido, não nos afastamos do modo como o conceito de discurso é frequentemente utilizado entre bakhtinianos ou analistas franceses.

Em contrapartida, o funcionamento de que falamos está diretamente implicado com a formação dos *códigos* *linguageiros*; mas, inversamente, trata-se também de um funcionamento

que o próprio código linguageiro como dispositivo operatório viabiliza. É precisamente nesse aspecto que cruzamos o nível da língua com o nível do discurso.

Finalmente, das relações entre discurso e enunciado, a coexistência e a articulação entre ambos os termos se justificam, bem o sabemos, em razão do enunciado ser habitualmente tomado como elemento de análise das formações discursivas.

Uma vez concluída a discussão sobre as relações que estabelecemos neste trabalho entre língua e discurso, resta por discutir de que forma a noção de interlíngua, mencionada brevemente no início deste artigo, afeta e é afetada por este mesmo tema.

Havíamos, no início do trabalho, acompanhado Maingueneau no seu entendimento de que o código linguageiro é produzido como resultado de uma gestão da interlíngua, espaço onde se dá a interação entre as línguas ou as variedades de língua acessíveis em um tempo e um lugar determinados.

Em seguida, falamos da relação de determinação recíproca existente entre a comunidade falante e a sua língua; relação que, no limite, se atualiza e se reelabora no conjunto de práticas coletivas que faz a língua emergir, mas que é ao mesmo tempo regulado pelo seu uso.

Acrescentamos ainda que os acontecimentos que irrompem no movimento da história fragmentam a comunidade global, fazendo surgirem grupos particulares vinculados a posições enunciativas próprias.

Muito bem, o que estes argumentos indicam é que, em certo sentido, parece legítimo vincular distintas posições enunciativas no interior de uma comunidade de falantes a diferentes usos da língua. No entanto, assumir que estes usos configuram autênticas variedades linguísticas resultaria em antecipação irrefletida, já que os critérios pelos quais as variantes da língua são agrupadas (região, idade, classe social, registro de linguagem...) não são necessariamente os mesmos pelos quais um conjunto de enunciados ou uma forma de produzi-los constitui um sistema de discurso.

A questão que então se coloca é a da distinção entre as noções de posição enunciativa e de variedade linguística. Mas o problema não é tão simples quanto parece e sua análise completa extrapolaria os limites de nosso objetivo atual.

Assim, nos limitaremos por ora a admitir que, tanto em um caso como no outro, os signos linguísticos estão suscetíveis a efeitos de deslocamento interno, pelo que ambas as noções concorrem, no plano da história, para a configuração (sempre provisória) do código linguageiro de uma dada comunidade de falantes.

Referências

BALIBAR, R. **Le colinguisme**, Paris, PUF, coleção “Que sais-je ?”, nº 2796, 1993.

CARBONI, F. *et al.* O plurilinguismo na história do Brasil: considerações exploratórias. **Organon**, v. 32, n. 62, 2017.

HARRISON, C.; HARRISON, C. **Dicionário Guajajara-Português**. Anápolis: Associação Internacional de Linguística SIL - Brasil, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos em Comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortês Editora, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda., 2012.

WUNDT, W. Elementos de psicologia dos povos: o princípio da linguagem e o pensamento do homem primitivo. Tradução de Estêvão Freixo. **Psicologia da Educação**, v. 37, n. 2, p. 91-101, 2013.

Sobre os autores

Estêvão de Carvalho Freixo ([Orcid iD](#))

Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); graduado em Produção Fonográfica pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Candido Mendes (UCAM).

Décio Rocha ([Orcid iD](#))

Doutor em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); graduado em Português - Literaturas pela Universidade Gama Filho. É professor do Departamento de Estudos da Linguagem do Instituto de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Recebido em dezembro de 2019.

Aprovado em março de 2020.